

PINGA-FOGO

■ DIREITA NÃO SABE FAZER OPOSIÇÃO - A incapacidade da direita brasileira de fazer oposição é inacreditável. Em meio a questionamento internacional sobre a atuação da nossa Suprema Corte, com o ex-presidente Jair Bolsonaro sendo julgado, um ministro do STF resolve anular, nesta terça-feira (15), todos os atos da Operação Lava Jato contra o doleiro Alberto Youssef.

■ O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, o livrou de qualquer penalidade da Lava Jato, porém, a sua deleção continua válida. É réu confesso, revelou todo o esquema envolvendo o ex-tesoureiro João Vaccari Neto, os ex-ministros José Dirceu, Antonio Palocci, Guido Mantega e o ex-deputado André Vargas.

■ Na direita, só o pastor artilheiro Silas Malafaia soltou o verbo. “Chega a ser um verdadeiro escárnio que esta decisão ocorra em um momento tão delicado. Perdeu-se todo o pudor. Será que nenhum outro ministro do STF não fica constrangido com a decisão do colega?”.

■ É impossível falar de Alberto Youssef sem o rotular como doleiro, operador de remessas paralelas de divisas para o exterior. O seu currículo vem da época do Banestado, o banco oficial do Paraná, pivô de um escândalo histórico.

■ O pior é que o ex-juiz Sergio Moro é senador, tem tribuna. Era para a oposição estar ligando o ventilador e demonstrando a utilização do Judiciário. Ninguém dá um pio e a mídia faz um silêncio tumular, como se fosse normal. Será que a direita brasileira foi abduzida pelo Centrão?

■ A VOLTA DE FLÁVIO BOLSONARO - O freio de arrumação do processo sucessório no campo da direita no estado do Rio de Janeiro serviu para começar a arrumar a casa. A primeira delas será trazer de volta o senador Flávio Bolsonaro ao protagonismo político no Rio.

■ O parlamentar se distanciou muito da sua base. Ao mudar para Brasília, durante o período da presidência de Jair Bolsonaro, ele viveu um duplo papel, o de filho do presidente e interlocutor com o Congresso. O Rio foi esquecido.

■ Os parlamentares que Flávio ajudou a eleger, Rodrigo Amorim, Alexandre Knoploch, Léo Vieira, Alan Lopes e Filipe Poubel (PL), entre outros, primeiro se abrigaram com Wilson Witzel. WW se afasta de Bolsonaro e perde os deputados, que depois formam a tropa de choque do emergente Rodrigo Bacellar na Alerj. O grupo mais leal a Bacellar tem o DNA político do senador.

■ Sem residir no Rio e com raras incursões no interior, o Flávio perdeu a sua relação com os prefeitos. A nova safra ficou ainda mais distante.

■ No caso da candidatura de Rodrigo Bacellar, houve manifestações públicas que geraram sinais trocados e que excluíram o papel do Governador Cláudio Castro como elo de Bacellar com o Bolsonarismo.

■ Vale lembrar a ligação de Renato Araújo, ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro, para Rodrigo Bacellar, indicado o candidato derrotado a vice-governador da chapa. Cadê a esquizofrenia? O próprio Correio da Manhã registrou a chamada em manchete, com informações do próprio Araújo. Como Bolsonaro não o apoiaria se em vídeo sinalizou o nome de Araújo para vice?

■ O fiel escudeiro de Flávio Bolsonaro, o secretário de Defesa do Consumidor do Estado, Gutemberg Fonseca, grudou em Rodrigo Bacellar oferecendo seus serviços de marqueteiro e se apresentando como o interlocutor do senador. Ele fez o mesmo com Witzel e depois com Crivella.

■ Vivendo um momento delicado com o julgamento do 8 de janeiro, com o irmão no exterior, com pouco diálogo com o irmão vereador e ainda lembrado como possível nome para a sucessão presidencial, o senador Flávio Bolsonaro terá de arrumar tempo para reafirmar sua liderança no Rio e assumir uma rotina da convivência política,



Em agenda em Brasília, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, durante reunião na sede do PL com o presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto; e com o presidente da legenda no RJ, Altineu Côrtes (e)

Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ) celebra 50 anos em Niterói



O presidente Luiz Claudio Magalhães e a diretora Mariana Ouchana com servidores aposentados do DRM-RJ durante a comemoração



Arthur, estudante de Direito e filho do presidente do DRM Luiz Magalhães, prestigiando o pai



O secretário da Casa Civil do RJ, Nicola Miccione, sendo recepcionado por Luiz Magalhães



O Corregedor-Geral de Justiça, desembargador Cláudio Brandão de Oliveira (e) com o desembargador Paulo Rangel



O anfitrião, Luiz Magalhães, presidente do departamento, com a deputada Tia Ju e seu marido Pedro Freitas



O vereador do Rio Diego Fato também prestigiou os 50 anos do DRM-RJ

da qual, infelizmente, se distanciou. Para comandar o processo sucessório com o Rio, terá de estar presente e retomar as bases que ficaram abandonadas pelo jogo nacional.

■ PESO ELEITORAL DE CASTRO - O governador Cláudio Castro, no topo dos seus 5 milhões de votos, tem todo o direito de escolher o seu futuro político e de decidir se vai ou não concorrer ao Senado. Hoje, com a liderança que exerce com os prefeitos, lhe garante uma musculatura e peso eleitoral para 2026 enorme. Atualmente é o candidato que traz votos para a chapa além do teto do bolsonarismo.

■ MAIS PERTO DAS BASES - Este freio de arrumação nas bases eleitorais da direita do Rio servirá também para trazer mais perto as lideranças fluminenses que hoje atuam muito no cenário nacional. A agenda de Brasília tem sugado o tempo de Dr Luizinho, Altineu Côrtes e Aureo Ribeiro (este último mantendo o cordão umbilical às bases). As li-

deranças funcionaram na eleição municipal. O ano de 2025 seria tranquilo, mas não está sendo. Como dizia o inesquecível Francisco Dornelles (que tanta falta está fazendo no Rio): “Política se faz gastando muita sola de sapato”.

■ VALDEMAR SABE SER LÍDER - O presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, é uma das mais importantes raposas felpudas da política brasileira. Sabe ser político com P maiúsculo. A conversa com o governador Cláudio Castro foi de uma cordialidade extrema. Teve a humildade de pedir desculpas pelos sinais trocados pelos Bolsonaros nos últimos dias. Afirmou que não abre mão da presença de Castro na legenda e que ele é seu candidato ao Senado pelo Rio. E, na frente dos interlocutores, fez a matemática da razão, do encolhimento do PL com a possível saída do governador.

■ AGENDA FECHADA - O governador Cláudio Castro teve, no início da noite de quarta, 16, uma agenda importante em Brasília. Uma longa conver-

sa ao pé de ouvido, sem olhar para o relógio, na casa de Antônio Rueda, presidente do União Brasil e da Federação Progressista.

■ CONTAS APROVADAS - O Plenário do TCMRio votou, nesta quarta-feira (16), por unanimidade, pela emissão de Parecer Prévio favorável à aprovação das contas de governo da Prefeitura do Rio, relativas ao exercício de 2024, baseando-se no relatório e voto do conselheiro-relator, Ivan Moreira dos Santos, com ressalvas: emissão de 3 Alertas, 15 Determinações e 7 Recomendações.

■ Os dados apresentados demonstram que a Prefeitura acatou os limites constitucionais e registrou superávit orçamentário na ordem de R\$ 690,17 milhões, com a observância aos preceitos constitucionais e legais relativos aos planos e programas de governo, à apuração de níveis de endividamento e à aferição do atendimento às vinculações de gastos mínimos e máximos com saúde, educação, pessoal, entre outros.



Desembargadora Adriana Ramos de Mello, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Coem)

Prefeitos se reúnem no TJ contra à violência doméstica no RJ

Em uma união inédita, os prefeitos dos 92 municípios fluminenses se encontram na próxima sexta-feira, 18 de julho, a partir de 14h30, no auditório Antônio Carlos Amorim, no Fórum Central do Tribunal de Justiça do Rio. Na pauta de discussões estarão, por exemplo, projetos para atendimento humanizado das vítimas da violência doméstica no sistema público de saúde. Uma das propostas é a capacitação dos médicos e unificação dos boletins de saúde.

A iniciativa foi proposta pela desembargadora Adriana Ramos de Mello, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Coem). E, na oportunidade do encontro, a Coem apresentará seus projetos na área, como por exemplo, a Sala Lilás, um ambiente humanizado que funciona dentro do Instituto Médico Legal (IML), e que presta atendimento especializado e humanizado às vítimas de violência doméstica física e sexual.

Fernando Molica

Ameaça ao Pix vem de Washington, não de Brasília

A inclusão do Pix no rol das várias queixas do governo norte-americano em relação ao Brasil chega a ser irônica com os bolsonaristas. Afinal, eles tanto acusam a administração petista de querer taxar ou mesmo acabar com esse ovo de colombo para pagamentos inventado pelo Banco Central.

A reclamação serve também para provar mais uma vez — se é que isso ainda precisaria ser reiterado — que os Estados Unidos, assim como qualquer outro país, não se movem por amizades, mas por interesses. Ao levarem bandeiras norte-americanas para atos públicos, manifestantes de extrema direita apenas asfaltavam caminho para o SUV trumpista que agora ameaça nos atropelar.

Uma boa parcela do eleitorado da direita brasileira deu de ombros quando Donald Trump começou a perseguir imigrantes (muitos nascidos aqui), a deportá-los, a enviá-los para prisões de desumanidade máxima. Eles, as vítimas, são os mais ferrados, não foram pros Estados Unidos

passar na Disney ou trabalhar de forma institucionalizada; são os mais pobres, os ilegais — e, afinal, quem manda ser clandestino no país dos outros, não é mesmo? (Esta última frase contém elevados teores de ironia.)

Em janeiro, o governo Lula levou um tombo em sua popularidade ao tentar regulamentar, via Receita Federal, o monitoramento de transações com o Pix. A medida foi então percebida como uma brecha para a ampliação do controle de rendimentos e sua consequente taxação — algo que setores do comércio notaram há muito tempo, é só ver os bares e restaurantes que rejeitam a forma brasileira de pagamento. A grita foi tão grande que o governo precisou voltar atrás.

Agora, a história é mais séria. É o governo do país mais poderoso do mundo que ameaça — para usar a imagem do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — jogar uma bomba atômica no Pix. Isto porque o mecanismo atrapalha o faturamento de

empresas norte-americanas, como Google Pay, Apple Pay e as que emitem cartões de crédito.

Só ano passado, boa parte dos R\$ 26,455 trilhões transferidos via Pix não passou pelo caixa de tais empresas. Um dinheirão que deixou de, digamos, pagar imposto para gigantes como Mastercard e Visa. o percentual dos valores de compras que é mordido pela operadora.

Brasileiros que tanto temem a possibilidade de taxação do Pix (vale lembrar que, no governo passado, Paulo Guedes queria ressuscitar a CPMF), agora percebem que empresas norte-americanas é que taxam muitas de nossas transações.

A cobrança de taxas pela administração de pagamentos afeta todo mundo, o comerciante que recebe os pagamentos e os clientes, obrigados a arcar com o repasse do percentual retido por cartões de crédito ou instituições financeiras.

No fim das contas, a ameaça ao Pix não vem de Brasília, mas de Washington, do mesmo lugar de

onde partiu a decisão de inviabilizar exportações brasileiras que geram renda e emprego aqui entre nós. Medidas concretas e explícitas que, pelo menos, ajudam a colocar nos eixos um mundo deslocado por terraplanistas que tanto louvaram as estrelas e as listras da bandeira norte-americana.

E, vale deixar claro, ao erguer essas barreiras, o governo dos Estados Unidos apenas renova o que sempre fez; boa parte de sua prosperidade foi construída com base em medidas contrárias a países que tomaram atitudes que contrariavam seus interesses.

Foi isso que ergueu a longa tradição intervencionista dos EUA, que motivou sua atuação em golpes de Estado na América Latina e a sempre renovada presença no Oriente Médio, onde há muito petróleo.

Em nome de seus negócios, os norte-americanos patrocinaram a retirada de um pedaço da Colômbia para que lá criassem um país — o Panamá — que viabilizasse o canal que ligaria o Atlântico ao Pacífico. Tólinhos os que acreditaram que essa lógica havia mudado.